



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 9, 2024, p. 345 - 360

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na Educação Infantil
Special education from an inclusive perspective in early childhood education

Mirian Zuqueto Farias¹ Pedro Luiz Nascimento Neto²
Ana Cabanas³

Submetido: 06/09/2024 Aprovado: 15/10/2024 Publicação: 22/10/2024

RESUMO

Este artigo teve por objetivos: compreender as perspectivas acerca da educação especial/inclusiva na educação infantil; analisar os desafios e possibilidades do processo de inclusão da criança com deficiência. A Educação Especial na perspectiva inclusiva na Educação Infantil busca garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas, tenham acesso a um ambiente educacional que favoreça seu desenvolvimento pleno. Essa abordagem se fundamenta na ideia de que a inclusão deve ser uma prática cotidiana, onde crianças com deficiências ou transtornos do desenvolvimento participam ativamente das atividades escolares junto com seus colegas. Na prática, isso significa adaptar o ambiente escolar, os métodos de ensino e os materiais didáticos para atender às necessidades individuais de cada criança. As políticas e diretrizes educacionais, como as estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, orientam que a Educação Infantil deve promover a integração e a participação de todos os alunos, valorizando a diversidade e oferecendo suporte adequado.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Infantil.

ABSTRACT

This article aimed to: understand perspectives on special/inclusive education in early childhood education; analyze the challenges and possibilities of the inclusion process for children with disabilities. Special Education from an inclusive perspective in Early Childhood Education seeks to ensure that all children, regardless of their abilities or specific needs, have access to an educational environment that promotes their full development. This approach is based on the idea that inclusion should be a daily practice, where children with disabilities or developmental disorders actively participate in school activities alongside their peers. In practice, this means adapting the school environment, teaching methods, and educational materials to meet the individual needs of each child. Educational policies and guidelines, such as those established by the National Common Core Curriculum (BNCC) and the National Guidelines for Special Education, guide that Early Childhood Education should promote the integration and participation of all students, valuing diversity and providing appropriate support.

Keywords: Education. Inclusion. Early Childhood.

¹ Universidade Federal do Pará - UFPA. mirianzuqueto0@gmail.com

² Universidade Federal do Pará - UFPA. pedroluizneto@hotmail.com

³ Univesidad Nacional de Rosario - UNR. anakabanass@gmail.com

1. Introdução

A inclusão de crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento no ambiente escolar é um dos grandes desafios enfrentados pela educação. A educação especial, historicamente voltada para a segregação e atendimento especializado, tem passado por transformações profundas nas últimas décadas. Com a evolução das políticas públicas e a implementação de diretrizes que defendem uma educação para todos, surge a necessidade de reconfigurar a maneira como o sistema educacional trata a diversidade. O presente artigo, busca investigar como essa transformação tem sido implementada, especialmente no âmbito da Educação Infantil, etapa fundamental no desenvolvimento das crianças.

O principal objetivo deste estudo é compreender as nuances da educação especial na perspectiva inclusiva, analisando os desafios e possibilidades da inclusão escolar na Educação Infantil. Também, pretende-se discutir as diferenças entre a educação especial e a educação inclusiva, conceitos que muitas vezes são utilizados de maneira intercambiável, mas que possuem distinções importantes no que tange às suas abordagens e práticas pedagógicas. A questão central que guia a investigação é: de que maneira as políticas e práticas de inclusão escolar estão sendo efetivamente aplicadas na Educação Infantil? Essa questão é relevante, considerando que a infância é um período crucial para a formação de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, sendo essencial garantir que todas as crianças tenham oportunidades igualitárias de participação.

O referencial teórico deste trabalho se apoia em autores que discutem a inclusão escolar, como Mantoan (2006) entre outros, além de documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tais diretrizes ressaltam a importância de garantir um ambiente educacional que não apenas acolha as crianças com deficiência, mas que as integre plenamente ao processo de aprendizagem, reconhecendo suas potencialidades e necessidades específicas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. A investigação se debruça sobre a leitura crítica de legislações e normativas que orientam a prática inclusiva na Educação Infantil, além de estudos de caso que ilustram como escolas têm lidado com os desafios impostos pela diversidade no contexto educacional. A análise dos dados será vinculada aos referenciais teóricos que fundamentam o trabalho, buscando identificar os avanços e lacunas nas políticas de inclusão escolar.

A apresentação dos dados permitirá uma compreensão mais ampla sobre como a inclusão escolar é aplicada na prática e quais são os obstáculos encontrados pelas instituições de ensino

para implementar uma educação verdadeiramente inclusiva. Na sequência, serão discutidas as especificidades da educação especial e inclusiva no contexto da Educação Infantil, trazendo à tona as dificuldades que educadores enfrentam ao adaptar o currículo, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas. Também será abordada a importância de uma formação docente adequada para garantir que as escolas sejam espaços acolhedores e inclusivos.

Por fim, o artigo pretende apresentar reflexões sobre a diferença entre educação especial e educação inclusiva, no contexto da Educação Infantil, destacando que, enquanto a educação especial muitas vezes se concentra em estratégias de atendimento especializado, a educação inclusiva visa a participação ativa e colaborativa de todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

2. Inclusão escolar na atualidade

A definição de inclusão, de acordo com o dicionário Luft (2002), envolve conceitos como abranger, compreender, inserir, introduzir ou fazer parte. Montoan (2006, p. 19) descreve a educação inclusiva como a prática de integrar todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades, deficiências, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde suas necessidades sejam atendidas. Dessa forma, a inclusão visa transformar a escola, passando de um ambiente de exclusão para um espaço acessível a todos. Contudo, não é suficiente apenas inserir fisicamente os alunos na escola; é necessário também ter salas de aula adequadas, bibliotecas, banheiros e acessos inclusivos, além de um Projeto Político Pedagógico formal e professores capacitados. É fundamental que os alunos também estejam dispostos a aceitar essa nova realidade. Ainda há muito a ser feito para que o sistema educacional ofereça oportunidades iguais para todos os alunos, respeitando as limitações individuais e evitando a exclusão.

Embora os recursos físicos e materiais sejam importantes para garantir um trabalho de qualidade, é crucial investir no desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação dentro da escola. A educação inclusiva tem um potencial transformador e aponta para uma nova era educacional e social. O sistema educacional atual frequentemente divide os alunos e ignora aspectos subjetivos e afetivos, desrespeitando a diversidade humana. É necessário construir uma sociedade que valorize a dignidade e as diferenças.

O processo de inclusão é longo e só terá sucesso se todos aprenderem a ver a pessoa com deficiência não como alguém limitado, mas como alguém que pode estar ao lado de pessoas ditas normais. Diversas entidades e escolas têm adotado programas de ações inclusivas e se comprometido a atender as necessidades dos alunos, reconhecendo que todos fazem parte de uma sociedade que muitas vezes exclui aqueles que não atendem aos padrões estabelecidos.

Segundo Guijarro (2005, p. 125), inclusão é um movimento amplo e distinto da integração, que se limita a apoiar os alunos com deficiência nas escolas regulares. Na inclusão, o objetivo é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que impedem o aprendizado e a participação desses alunos.

Atualmente, o termo educação especial também é utilizado. Rodrigues (2006, p. 213) define educação especial como uma parte da educação básica, onde a escola deve se organizar para possibilitar que os alunos aprendam conteúdos específicos de cada nível educacional. A principal questão está em identificar as necessidades especiais para escolher as estratégias metodológicas e didáticas adequadas, considerando a acessibilidade física das escolas e o preparo pedagógico e psicológico dos profissionais envolvidos. Outro desafio significativo é a percepção que os outros estudantes têm dos alunos com deficiência. Mognon, Leichsenring e Kania (2006, p. 27) explicam que a segregação começa quando são atribuídos “rótulos” ou “etiquetas” às pessoas, como “não vai aprender a ler” ou “não pode fazer tal movimento”. As autoras apontam que a ênfase muitas vezes recai sobre a deficiência e não sobre a capacidade e o potencial, o que dificulta a atenção necessária para cada aluno.

Atualmente, a inclusão escolar se consolidou como um dos principais objetivos das políticas educacionais, visando garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso equitativo à educação. A inclusão escolar busca integrar estudantes com diferentes habilidades, deficiências e origens culturais no ambiente escolar regular, promovendo uma educação que valorize a diversidade e respeite as necessidades individuais.

A ideia central da inclusão é transformar as escolas em ambientes acolhedores e acessíveis para todos. Isso envolve muito mais do que simplesmente inserir fisicamente os alunos nas salas de aula; é necessário adaptar a estrutura física das escolas, como garantir que as instalações sejam acessíveis e que haja materiais didáticos apropriados.

Além disso, a inclusão requer a implementação de um Projeto Político Pedagógico que considere a diversidade e que proporcione o preparo adequado para professores e profissionais da educação. Esses profissionais precisam estar capacitados para lidar com as variadas necessidades dos alunos e criar estratégias de ensino diferenciadas.

Um aspecto fundamental da inclusão escolar é a promoção de uma cultura de respeito e aceitação. Isso implica na necessidade de sensibilizar toda a comunidade escolar—alunos, professores e funcionários—para que todos se conscientizem sobre a importância da inclusão e estejam dispostos a colaborar para um ambiente mais igualitário. A formação de professores é crucial nesse processo, pois eles precisam estar preparados não apenas para adaptar o conteúdo e as metodologias de ensino, mas também para lidar com as dinâmicas sociais que envolvem a inclusão.

Além dos aspectos físicos e pedagógicos, a inclusão escolar também se relaciona com a mudança de atitudes e percepções. É importante que os alunos vejam seus colegas com deficiência não como diferentes ou inferiores, mas como parte integrante da comunidade escolar. Superar preconceitos e estereótipos é um desafio constante, e a promoção de atividades que incentivem a cooperação e o respeito mútuo pode ajudar a construir um ambiente mais inclusivo.

Embora avanços significativos tenham sido feitos na área da inclusão escolar, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. É necessário um esforço contínuo para melhorar a acessibilidade, adaptar currículos e promover a formação contínua de professores. Além disso, a inclusão deve ser entendida como um processo dinâmico e em constante evolução, que exige a participação ativa de todos os envolvidos no sistema educacional.

Em resumo, a inclusão escolar na atualidade busca criar um sistema educacional mais justo e acessível para todos os alunos. Esse processo exige mudanças tanto na estrutura física das escolas quanto nas atitudes e práticas pedagógicas, com o objetivo de construir um ambiente que respeite e valorize a diversidade e proporcione oportunidades iguais para todos.

3. Educação especial e inclusiva no contexto da educação infantil segundo os documentos oficiais

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal (CF-88), a educação é um direito social essencial, assim como a saúde, a alimentação, a moradia e o lazer, entre outros. Considerando que a educação é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos os cidadãos, neste trabalho examinaremos esse direito com base no artigo 205, que destaca que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 137).

Quando se aborda o tema da educação, é essencial reconhecer que ela se divide em diversos níveis e modalidades, conforme orientado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96. Para assegurar que todos tenham acesso a um ensino de qualidade, a LDB estabelece diferentes etapas e modalidades, que são organizadas em dois níveis principais: a educação básica e a educação superior.

Este trabalho foca exclusivamente na educação básica, que é organizada de acordo com a faixa etária dos alunos e inclui a Educação Infantil (que abrange creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para aquelas com 4 e 5 anos) – que é o foco deste estudo –, além da Educação Fundamental e do Ensino Médio. Além disso, será discutida neste artigo a modalidade da

Educação Especial, que atende pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O inciso I do artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 137) estabelece que o ensino deve ser garantido com igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola. Assim, entende-se que a educação, sendo um direito social fundamental, deve ser oferecida de maneira igualitária a todos os cidadãos, assegurando que todos tenham a oportunidade de frequentar a escola e permanecer nela.

Em relação à Educação Especial, a Constituição Federal, no artigo 208, inciso III, afirma que: “o dever do Estado com a educação será cumprido mediante a garantia de: [...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 138). Portanto, é imperativo fornecer um atendimento especializado e adequado às Pessoas com Deficiência, conforme definido no art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Considerando esses desafios e com o objetivo de assegurar os direitos das pessoas com deficiência de maneira equitativa, é crucial oferecer atendimento especializado. A Educação Especial desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos à educação e na inclusão dos alunos no ambiente escolar. De acordo com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP), a Política Nacional de Educação Especial define essa modalidade de ensino da seguinte forma:

[...] um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado [...] (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p. 17).

No que diz respeito à Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 1996, estabelece no artigo 58 que "educação especial, para os propósitos desta Lei, refere-se à modalidade de ensino escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, destinada a alunos com necessidades especiais". A partir dessa definição, são apresentadas algumas atribuições para complementar as informações fornecidas nesse artigo da lei, as quais incluem:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, p.1).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. O artigo 59 da LDB especifica as medidas e apoios, tanto escolares quanto assistenciais, que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos que se beneficiam da Educação Especial.

Esse trabalho prevê a necessidade de professores com formação especializada, tanto em nível médio quanto superior, para fornecer atendimento adequado, além de professores do ensino regular capacitados para integrar esses alunos nas salas de aula comuns (BRASIL, 1996). Em linha com essas diretrizes, a Política Nacional de Educação Especial afirma que a Educação Infantil representa o primeiro contato da criança com o sistema educacional, possibilitando o desenvolvimento das habilidades essenciais para o crescimento cognitivo e a construção do conhecimento (BRASIL, 2008).

Portanto, é fundamental assegurar que as crianças com deficiência tenham a oportunidade de avançar tanto intelectualmente quanto socialmente. No que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, a política garante que:

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 10).

Nesse contexto, é crucial promover uma abordagem colaborativa na Educação Especial, integrando os professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) com os docentes da sala de aula regular. O objetivo é garantir um trabalho eficiente e significativo em benefício da criança.

No que diz respeito à Educação Inclusiva, a LDB estabelece quatro princípios fundamentais: democratização do ensino, universalização, acessibilidade e flexibilização. Esses princípios devem ser constantemente desenvolvidos e aprimorados, levando em consideração as necessidades específicas dos diferentes grupos sociais para assegurar uma educação organizada e eficaz. Em alinhamento com isso, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2014, conforme a Lei 13.005/2014, em sua meta 1.11, reafirma o compromisso com:

[...] priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica (BRASIL, 2014, p.10).

No contexto do PNE 2014-2024, a meta número 4 enfatiza o compromisso de “universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento especializado para a população com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo”. Assim, é claro que várias leis foram

estabelecidas para assegurar e promover a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente educacional.

No entanto, para realmente integrar esses indivíduos nas escolas, eliminar a segregação e garantir uma educação de qualidade para todos de maneira equitativa, é essencial que essas normas, leis e diretrizes sejam efetivamente implementadas. É fundamental que o sistema educacional não seja apenas inclusivo em teoria, mas que se manifeste como um verdadeiro modelo de inclusão.

Os documentos oficiais que regulam a educação infantil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelecem que a Educação Infantil deve ser um espaço de acolhimento e respeito à diversidade. De acordo com a BNCC, a educação infantil deve promover práticas que reconheçam e valorizem as diferenças, garantindo que todas as crianças possam participar plenamente das atividades e aprender em um ambiente que respeite suas individualidades.

A BNCC destaca que a educação infantil deve proporcionar uma experiência educacional rica e inclusiva, na qual as crianças com deficiência ou necessidades especiais possam se desenvolver de forma plena. Os documentos enfatizam que é essencial que os profissionais da educação infantil sejam capacitados para identificar e atender às necessidades específicas de cada criança. Isso envolve o planejamento de atividades adaptadas e a utilização de recursos e materiais que promovam a participação de todos, garantindo que nenhuma criança seja excluída ou marginalizada.

Além disso, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica reforçam a importância da inclusão desde a educação infantil. Elas orientam que a escola deve oferecer um ambiente acessível e adaptado para atender às necessidades de crianças com deficiências e outras condições especiais. As diretrizes estabelecem que a inclusão deve ser um princípio orientador da prática pedagógica, e que os serviços de apoio devem estar integrados ao ambiente escolar regular, colaborando com os educadores para garantir que todos os alunos tenham acesso às aprendizagens de forma equitativa.

No contexto da educação infantil, a inclusão é também um meio de promover a socialização e o respeito mútuo entre as crianças. Os documentos oficiais indicam que a convivência com crianças de diferentes habilidades e condições contribui para o desenvolvimento de uma atitude inclusiva e empática, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As práticas pedagógicas devem, portanto, promover a cooperação e a compreensão entre os alunos, integrando atividades que favoreçam a interação e a aprendizagem conjunta.

Os documentos oficiais também sugerem a importância da participação da família no processo de inclusão. É fundamental que os pais e responsáveis estejam envolvidos e informados

sobre as práticas inclusivas adotadas pela escola, colaborando no desenvolvimento de estratégias que atendam às necessidades específicas de seus filhos. A parceria entre a família e a escola é crucial para o sucesso da inclusão e para o desenvolvimento pleno da criança.

A Educação Especial e Inclusiva no contexto da Educação Infantil, conforme os documentos oficiais, visa criar um ambiente educacional acessível e acolhedor para todas as crianças. Isso exige a adaptação das práticas pedagógicas, a capacitação dos profissionais da educação, a integração de recursos e o envolvimento da família. Ao promover a inclusão desde os primeiros anos de vida, a educação infantil não apenas atende às necessidades individuais de cada criança, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

4. Educação especial e inclusiva no contexto da educação infantil

A Educação Especial sob uma perspectiva inclusiva começou a ganhar destaque a partir da década de 1990, com a proposta de integrar alunos com necessidades educacionais especiais em escolas e salas de aula regulares. Essa abordagem é fundamentada na ideia de que a convivência em sociedade é um direito de todos e que a aprendizagem ocorre por meio da interação entre o indivíduo e a sociedade.

A política de inclusão trouxe novos paradigmas ao deslocar o foco do indivíduo para a escola, reconhecendo e valorizando a diversidade física, cultural e social dentro do ambiente escolar. Isso supera a visão patológica da deficiência e promove uma perspectiva socioantropológica, que valoriza o desenvolvimento do sujeito (Uchôa & Chacon, 2022).

A educação inclusiva em ambientes de primeira infância enfrenta desafios, apesar de ser crucial para crianças com deficiência. Os principais fatores que influenciam a inclusão incluem treinamento de professores, percepções e condições de trabalho (Santana & Maekawa, 2023; Lima et. al., 2022). Documentos oficiais mostram progresso em políticas de educação especial inclusiva, mas recursos inadequados e preparação fraca de professores dificultam a implementação de qualidade (Lima et. al., 2022).

Estratégias inclusivas eficazes envolvem planejamento cuidadoso, organização e gerenciamento de atividades para promover oportunidades para crianças com deficiência (Carvalho & Schmidt, 2021). Essas práticas, embora aparentemente simples, requerem implementação intencional para garantir oportunidades equitativas para todos os alunos.

Com relação a educação especial inclusiva, a Declaração de Salamanca é frequentemente destacada como um marco importante que impulsionou as discussões e reflexões sobre a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares desde a primeira infância (Santana & Maekawa, 2023).

Outro aspecto que destaca a inclusão das crianças com deficiência que frequentam espaços escolares desde a infância são socializar/interagir com outras crianças de modo que a diferença pode ser usada como potência (Freitas;Santos;Haas, 2019 apud Santana & Maekawa, 2023), ou seja, como desafio, pode-se fortalecer relacionamentos e aumentar a troca de conhecimento crianças.

No entanto, mesmo que se conceba a inclusão como um direito, mas também há críticas à sua imposição direitos são previstos em lei porque não são observadas a real situação do sistema educacional, refere-se apenas à matrícula da criança, ou seja, garantida sua presença na sala de aula, mas não sua persistência e sem falar em garantir a entrega do ensino qualidade (Vitta; Vitta; Monteiro, 2010 apud Santana & Maekawa, 2023).

A adoção de práticas educativas inclusivas baseadas em evidências é particularmente importante na educação infantil, pois é neste período que as crianças precisam ter a oportunidade de desenvolver as habilidades pré-acadêmicas que serão essenciais para seu sucesso no ensino médio (Carvalho & Schmidt, 2021).

Podemos afirmar que a educação infantil, atualmente, abriga uma diversidade significativa de crianças com deficiência, e que o processo de inclusão ainda está em seus estágios iniciais, conforme as diretrizes dos documentos oficiais. De acordo com os pesquisadores da área, a inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar enfrenta diversos desafios. Entre eles, destacam-se a inadequação da infraestrutura das escolas para atender a esse público e a necessidade de uma melhor formação profissional dos professores para que possam ensinar de maneira eficaz. Ressaltam também, a escassez de materiais pedagógicos apropriados e o elevado número de alunos por professor também representam dificuldades na prática da inclusão. Esses fatores constituem barreiras que dificultam a realização da inclusão desejada (Lima et. al.,2022).

No geral, a inclusão bem-sucedida na educação infantil depende do enfrentamento de desafios sistêmicos e da adoção de práticas baseadas em evidências adaptadas às necessidades das crianças pequenas (Santana & Maekawa, 2023; Carvalho & Schmidt, 2021).

A Educação Inclusiva na Educação Infantil deve respeitar o desenvolvimento individual de cada criança, valorizando suas habilidades e particularidades. O (A) professor(a) desempenha um papel fundamental, tanto no planejamento quanto na prática em sala de aula, promovendo um ensino que desperte o interesse das crianças com necessidades educacionais especiais. Esse processo exige a reorganização das escolas e a adaptação do currículo, para que as instituições se tornem espaços de formação que ofereçam ensino de qualidade a todos os alunos.

Atividades lúdicas são essenciais para o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais, pois incentivam o desenvolvimento global ao estimular diversas áreas cognitivas e emocionais. O lúdico não apenas facilita o aprendizado, mas também permite que os professores

identifiquem e ajudem as crianças a superar dificuldades, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

Na educação infantil, a inclusão é particularmente importante, visto que é um período de grande desenvolvimento cerebral, sendo o momento ideal para moldar habilidades e potencialidades por meio de experiências e estímulos adequados. A transformação das escolas em espaços inclusivos, onde o ensino de qualidade é acessível a todos, é um dos principais objetivos da educação inclusiva.

A inclusão é um processo contínuo que requer ações práticas e não deve se limitar a propostas teóricas. De acordo com Sanchez (2005) apud Koscheck (2019), valores como cooperação, solidariedade e respeito às diferenças são fundamentais para que a inclusão aconteça efetivamente. A educação inclusiva promove a socialização, o aprendizado colaborativo e o respeito pelas diferenças, sendo uma construção permanente que busca garantir direitos e igualdade para todos os alunos.

Apesar das limitações que algumas crianças com necessidades especiais possam enfrentar, é possível superá-las com apoio adequado, carinho, confiança e valorização de suas individualidades. Cada criança tem seu valor e conhecimento únicos, e cabe aos educadores reconhecer esses saberes e aprender com as dificuldades enfrentadas por cada aluno.

A educação, conforme Freire (1999) apud Koscheck (2019), não se limita à transmissão de conhecimento, mas à criação de condições para que o aluno possa construir seu próprio aprendizado. Assim, a educação é um processo dinâmico que deve permitir a interação do indivíduo com a sociedade, desenvolvendo suas potencialidades e permitindo que ele faça escolhas conscientes sobre seu futuro.

Para que a educação seja realmente inclusiva, é necessário não apenas aceitar, mas valorizar as diferenças. A educação especial e inclusiva é crucial no ambiente escolar, promovendo o bem-estar dos alunos e preparando-os para a vida em sociedade. As escolas devem oferecer um ensino que forme cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Embora as relações humanas sejam complexas, o papel da educação é insubstituível, e seu sucesso depende de qualidade, competência, diálogo e afetividade. O ensino deve incentivar os alunos a buscar novas soluções e fazer escolhas informadas diante de situações inéditas, em vez de simplesmente acumular informações (Koscheck,2019).

5. Diferença entre educação especial e inclusiva no contexto da educação infantil

A palavra “Inclusão” tem origem no verbo “incluir”, que vem do latim “includere”, que significa “incluir, compreender, envolver” (Cunha, 2010, p. 354 apud Uchôa;Chacon, 2022). Na

esfera social, Uchôa & Chacon, 2022 citam Mazzotta (2010) onde define a inclusão como a conquista de condições ótimas de comunicação e participação ativa, alcançando o ideal de justiça social. A comunicação é uma necessidade humana básica, pois promove a integração dos indivíduos. Além disso, a participação ativa é essencial para promover a autonomia das pessoas, independentemente das suas limitações.

A justiça social surge do processo de reconhecer os outros como tendo identidade, dignidade e potencial. Embora se acredite que a Inclusão Escolar esteja voltada apenas ao público da educação especial, Mazzotta (2010) argumenta que ela não possui um destinatário específico, sendo destinada a todas as pessoas. A proposta é entender a educação como um direito universal, que deve ser acessível a todos, independentemente de suas realidades existenciais, psíquicas, físicas, culturais ou políticas (Uchôa & Chacon, 2022).

A Educação Especial se concentra em atender às necessidades específicas de crianças com deficiência, muitas vezes em ambientes separados ou especializados. Esse modelo de educação foca na adaptação do currículo e dos métodos de ensino para melhor atender essas necessidades. Por outro lado, a Educação Inclusiva promove a integração de crianças com deficiência em salas de aula regulares, criando um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade e busca atender a todos os alunos de forma equitativa, sem segregação. (Lima et. al.,2022)

Enquanto a Educação Especial tem como objetivo principal fornecer suporte especializado e individualizado, muitas vezes em contextos separados, para que as crianças com deficiência possam desenvolver suas habilidades, a Educação Inclusiva visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso à mesma educação de qualidade, promovendo a convivência e interação entre crianças com e sem deficiência (Lima et. al.,2022).

Em termos de práticas educativas, a Educação Especial pode envolver métodos e currículos adaptados, específicos para as necessidades dos alunos com deficiência, muitas vezes em ambientes distintos. Em contraste, a Educação Inclusiva enfatiza a adaptação do ambiente escolar e do currículo regular para permitir que todos os alunos participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a inclusão social e a valorização da diversidade (Lima et. al.,2022).

A Educação Especial e Inclusiva na Educação Infantil tem sido objeto de estudo e discussão, visando promover a valorização das diferenças e a diversidade no âmbito educacional (Uchôa & Chacon, 2022). Embora existam avanços nos documentos oficiais, desafios como condições inadequadas de trabalho, insuficiência de recursos pedagógicos e fragilidade na formação de professores ainda dificultam o processo de inclusão (Lima et. al., 2022). A educação inclusiva e a educação especial, na perspectiva inclusiva, convergem para uma educação que respeita e valoriza a alteridade, buscando a democratização escolar (Uchôa & Chacon, 2022).

Uma nova teoria de Educação Especial Inclusiva propõe uma síntese das filosofias e práticas da educação inclusiva com as intervenções e estratégias da educação especial, visando fornecer diretrizes para políticas e procedimentos que facilitem a educação eficaz para todas as crianças com necessidades educacionais especiais (Joerke, 2023).

A Educação Especial, definida como uma modalidade de ensino, envolve um conjunto específico de práticas e abordagens educacionais voltadas para atender às necessidades de alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Essa modalidade se caracteriza pelo atendimento educacional especializado, oferecendo suporte adaptado às necessidades individuais dos alunos, como métodos de ensino diferenciados, recursos pedagógicos específicos e estratégias de aprendizagem personalizadas.

Contudo, a Educação Especial disponibiliza diversos serviços, como apoio psicológico, terapias ocupacionais e recursos didáticos adaptados, essenciais para facilitar o aprendizado desses alunos. Ela também inclui a orientação tanto para os alunos quanto para os professores, auxiliando-os no uso eficaz desses recursos e serviços dentro das turmas regulares, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, tenham acesso pleno a uma educação de qualidade.

A Educação Inclusiva é amplamente vista como um conceito multidimensional, que envolve a celebração e valorização das diferenças e da diversidade, além de contemplar direitos humanos, justiça social e equidade. Ela se fundamenta em um modelo social de deficiência e um modelo sociopolítico de educação, enquanto promove a transformação das escolas e assegura o direito e o acesso das crianças à educação. Para lidar com as ambiguidades nesse campo, foi proposta uma nova teoria que unifica as teorias e pesquisas da educação especial e da educação inclusiva. Essa teoria, denominada educação especial inclusiva, integra a filosofia e os valores da educação inclusiva com as estratégias e intervenções próprias da educação especial (FAVENI, 2005 apud Joerke, 2023).

As profissionais entrevistadas nos estudos de Martins; Da Silva; Sachinski, 2020 por meio da aplicação de um questionário digital a seis profissionais da educação básica de diferentes cidades, incluindo União da Vitória-PR, Curitiba-PR, Mallet-PR e Porto União-SC, apresentam definições claras, fundamentadas nas políticas internacionais e nacionais, que reconhecem a Educação Especial como uma modalidade de ensino. Embora todas sejam formadas em Pedagogia e possuam especialização na área, apenas uma delas atua atualmente em uma sala de recursos multifuncionais. As outras três, apesar de estarem ativas na área, não conseguiram definir os conceitos de forma clara, indicando a necessidade de um maior aprofundamento teórico. Isso evidencia a importância de conhecer os profissionais que atuam nas escolas nessa função, pois apenas com um entendimento mais profundo sobre a área e a definição dos termos

é que se poderá efetivar um ensino em que a inclusão não dependa exclusivamente da Educação Especial, mas que esta seja vista como um suporte à inclusão.

O atendimento inclusivo possibilita a superação do paradigma educacional que considera a educação especial como excludente, promovendo um novo modo de desenvolver a criatividade e construir cidadãos com potencialidades e direitos ao aprendizado.

6. Conclusões

Por fim, a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na Educação Infantil trata-se de um compromisso primordial com a equidade e diversidade, abrangendo os primeiros anos de vida. A inclusão de práticas inclusivas exige uma transformação permanente das escolas em sala de aula, bem como dos métodos de ensino e instrumentos, para corresponder adequadamente às necessidades individuais de todas as crianças. Essa colaboração de crianças com deficiência ou habilidades peculiares nas escolas normais não é importante apenas para o benefício total de uma criança individual, mas ainda colabora para a construção de um mundo inclusivo. Além disso, a observação de diretrizes e políticas que reforcem a inclusão é significativa para que a aplicação concreta da inclusão não seja simplesmente um conceito. Em conclusão, a educação especial na educação infantil não apenas enriquece a prática educacional, mas também assegura a criação de um sistema educacional igualitário e justo. Este alinhamento é fundamental para atingir resultados mais significativos e duradouros, promovendo a inclusão.

Referências

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 107, de 02/07/2020)**.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 09/01/2001.
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2008.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 02 Agosto. 2024.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da] União, Seção 1, edição extra, Brasília, DF,

26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 03 Agosto. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

CARVALHO, A. G. C.; SCHMIDT, A.. Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0231, 2021.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: Seesp, 2005. 180 p.

JOERKE, A. O. G. Educação especial inclusiva: Nova teoria para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências. **International Seven Journal of Multidisciplinary**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 511–525, 2023. DOI: 10.56238/isevmjv2n4-003. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/ISJM/article/view/2030>. Acesso em: 4 set. 2024.

KOSCHECK, Arcelita. **Educação Especial e Inclusiva Na Educação Infantil - Um Olhar Especial**. Gestão Universitária, 29 set. 2019. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/educacao-especial-e-inclusiva-na-educacao-infantil-um-olhar-especial-29-09-2019>. Acesso em: 4 set. 2024.

LIMA, Thaís Caroline da Silva; QUARESMA, Marcela Sena; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; LIMA, Daniele Dorotéia Rocha da Silva de. Diferença entre Educação Especial e Inclusiva no Contexto da Educação Infantil. **Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 459-474, jan./abr. 2023.

LUFT, Celso Pedro, **Minidicionário Luf**: São Paulo: Atica, 2002. p.688

MARTINS, J. A.; DA SILVA, R.; SACHINSKI, I. Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade?. **Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica**, [S. l.], v. 1, n. 5, 2020. Disponível em: <https://sppaic.fae.emnuvens.com.br/sppaic/article/view/104>. Acesso em: 4 set. 2024.

MOGNON, Dave Gislaine; LEICHSENTRING, Giana G.; KANIA, Patrícia Cristine. **Desenvolvimento e Aprendizagem de Pessoas com Deficiência: possibilidades e limitações**. 2006. 60 f. Monografia (Especialização) – IBPEX: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão, Universidade Regional Integrada, Erechim.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola: inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, 2006. p.211

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. 318 p.

SANTANA, Maria Luzia da Silva; MAEKAWA, Elisângela Mitiko Higa Kubota. **Educação Especial na Educação Infantil: uma Revisão Sistemática**. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 2023. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:259732726>. Acesso em: 05 jun. 2024.

UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, p. e46/1–18, 2022. DOI: 10.5902/1984686X69277. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69277>. Acesso em: 4 set. 2024.